



AGRONEGÓCIO: A monopolização dos territórios das savanas e dos seus recursos naturais no Amapá.

Manoel Osvanil Bezerra Bacelar¹
Hilene Marilan Lima Rodrigues²

O artigo AGRONEGÓCIO: “a monopolização dos territórios das savanas e dos seus recursos naturais no Amapá” trata das *commodities* e suas políticas agrícolas de desenvolvimento, as quais sempre contribuíram para justificar a monopolização do capital no estado, acelerando a ocupação das florestas de várzeas, de igapós e de terra firme, substituindo as espécies originárias por espécies exóticas como *Pinus ssp* e *Eucalyptus ssp* e atividades do agronegócio de grãos para exportação. O problema discutido foi: quais são as transformações constatadas pela monopolização dos territórios das savanas e dos seus recursos naturais pelas *commodities* no campo do Amapá? De modo que o objetivo do artigo é discutir as formas de monopolização dos territórios das savanas e dos seus recursos naturais, a partir da territorialização e da expansão das *commodities* de grãos no estado. A metodologia aqui aplicada baseou-se em dados bibliográficos, observações participantes e em entrevistas não estruturadas. Conclui-se que a uso de políticas públicas de gestão e fiscalização demonstram-se incipientes e pouco aplicadas. As formas de ocupação e de uso atual das savanas sem critérios técnicos e socioculturais podem levar à destruição do bioma amapaense e promover perdas de material genético existente na biodiversidade da região em função das alterações climáticas causadas pela ocupação desordenada.

Palavras-chave: Commodities. Monopolização dos territórios. Savanas. Fronteiras.

This article, AGRIBUSINESS: "the monopolization of the savanna territories and their natural resources in Amapá" deals with commodities and their agricultural development policies, which have always contributed to justify the monopolization of capital in the state, accelerating the occupation of forests floodplains, *igapós* and dry land, substituting native species with exotic species namely *pinus ssp* and *eucalyptus ssp* and grain agribusiness activities to export. The issue discussed was: what are the transformations observed by the monopolization of the savanna territories and their natural resources by commodities in Amapá countryside? Thus, the aim of the article is to discuss the ways of monopolizing the territories of the savannas and their natural resources, from the territorialization and expansion of grain commodities in the state. The methodology applied here was based on bibliographic data, participant observations and unstructured interviews. It is concluded that the use of public management and inspection policies are incipient and little applied. The forms of occupation and current use of savannas without technical and sociocultural criteria can lead to Amapá biome destruction and promote losses of genetic materials existing in the region's biodiversity due to

¹ Professor do curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG, Maestro em Ciência de la Educación pela Universidad Autónoma de Asunción PY, UAA, Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, Bacharel e Licenciado pleno em Geografia – Univ. Federal do Pará (UFPA).

² Hilene Marilan Lima Rodrigues. Pedagoga (UNIFAP). Bacharel em Direito – Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP), BR. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade da Amazônia (UNAMA). ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-7130-1535>. E-mail: profahilene@gmail.com



climate change caused by disorderly occupation.

Keywords: Commodities. Monopolization of the Territories. Savannas. Borders.

Introdução

A interação entre a atividade econômica, política, social e ideológica mundializada nos impõe, nas primeiras décadas deste século, os desafios de acompanhar e de compreender as transformações geradas pelas *commodities* de grãos de soja nas savanas do Amapá. É prudente que se analisem as expectativas da população em relação à nova matriz econômica e socioambiental, no sentido de tornar o estado autossuficiente na produção de alimento. Talvez possa ter despertado entre os gestores um cenário promissor para as atividades do agronegócio que pudesse proporcionar novo ciclo de crescimento, a partir da grande produção e da abertura de indústrias de beneficiamento dos produtos. Até mesmo os projetos do plantio da soja e de outros grãos em pequena escala, como o milho, tenham recebido apoio do governo local e do capital agrário mundializado, mas o que se vê é a pouca movimentação e produtividade dessas atividades.

No Amapá, de modo geral, os biomas de florestas tropicais, de florestas de várzeas e das savanas têm sido objeto de monopolização e de exploração dos recursos. Tais atividades obedecem às determinações de uso nos ambientes semelhantes encontrados nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e no Tocantins, com ocupação de, aproximadamente, 1/4 do território brasileiro, ou seja, próximo de 200 milhões de hectares. Desse total, cerca de 40% dos territórios geopolíticos foram convertidos em áreas de pastagens e de produção agrícola nas últimas três décadas (SANO et al., 2008).

Esse cenário, justifica-se promover o debate sobre o assunto, em que pese a importância de conhecer as transformações no campo e entre os camponeses originários no enfrentamento da territorialização dos monopólios do agronegócio, subsumindo os territórios físicos e simbólicos e os recursos naturais, desagregando o modo de vida dos camponeses.

Nessa condição, o objetivo do artigo é compreender as formas de monopolização dos territórios camponeses, dos seus recursos naturais e simbólicos, a partir da expansão das atividades do agronegócio de grãos no estado do Amapá.

O que poderá demonstrar a importância dada pelos agentes do agronegócio a esses biomas, os quais, mesmo abrigando um rico patrimônio de recursos naturais pouco renováveis, adaptados às duras condições climáticas, edáficas e hídricas, não têm sido poupados pelo seu potencial biodiverso às futuras gerações. Apesar disso, a força dos



fenômenos naturais tem dado conta de autodeterminar-se e dar continuidade à sua própria existência (MAROUELLI, 2003).

Para esta empreitada, os instrumentos de coleta de dados foram dados bibliográficos primários, dados secundários e observação participante. Convém alertar que, na conjuntura atual, as savanas têm apresentado rápida expansão da sua ocupação, tendo em vista que esse processo tem se efetivado por meio, também, de fundamentação da ciência, da tecnologia e da informação, reestruturando o espaço agrário capitalista nas diversas regiões brasileiras. (MATOS E PESSÔA, 2011).

Apesar da escala menor quanto à intensidade e à complexidade, o Amapá entra na órbita geopolítica, no sentido de integrar-se à nova lógica da economia política geradora de condições e de controle na monopolização dos territórios dos camponeses pelo agronegócio, evidenciando-se no percurso do texto. Essa visão introdutória, permitiu formatar o artigo em etapas, com os seus devidos subtemas em seguida:

A Natureza dos Territórios

O território, como categoria geográfica, ainda demanda discussão no que diz respeito a clarear sua natureza, considerando que, por certo tempo, a própria consciência humana passou despercebida sobre diversos aspectos que dizem respeito às interações e implicações motrizes geradoras da impulsão e dinâmica territorial. Por conta disso, inicia-se acreditando de que é a categoria de análise que não se opõe à divisão do trabalho, mas se opõe como o ser, o estar, o ter, o haver do existir como estrutura em transformação, independente do mando de agentes de qualquer origem.

Conforme Silva (2002, p. 257), “para dominar a compreensão sobre território tem que em primeiro lugar dominar a si mesmo, pois o impulso inicial do pensante tem sempre raízes na natureza, agora na natureza humana, mas ainda, não natureza social”.

Significa dizer que o não domínio dos impulsos dos atores hegemônicos pelo lucro e do acúmulo de capital implica desviar o sentido do controle da produção física, do consumo material e simbólico no campo, ignorando os modos de vida dos diversos segmentos sociais, contrários à lógica da monopolização dos territórios agrários contemporâneo. Nesse sentido, Silva (2002, p. 259) nos alerta, - o território é o domínio de um evento natural ou humano. Pode ser o território de um rio, de uma montanha de um deserto, de uma espécie de animal, pode também ser o resultado do povoamento ou das migrações. O território humano é um pedaço, no sentido dos meninos de rua, o corpo humano pode ser um território.



Possui aspectos físicos e também simbólicos, portanto conhecer o território é inicialmente conhecer a si mesmo nas partes e no todo, assim como conhecer o território é conhecer o outro. O território se constitui como evidência do lugar. Esse é pressuposto do espaço, pois o espaço é o maior lugar possível. É o maior ambiente possível para determinar algo com certas dimensões, físicas ou simbólicas. Todavia, o que se tem percebido é que a própria lógica da consciência dos elementos constitutivos da estrutura do território da consciência humana, assim como os seus efeitos, ainda carece de avaliações, sobre as suas combinações e divergências no contexto das interpelações processuais cotidianas.

Aprofundando, território é mais do que uma dimensão física do real. Deve ser compreendido como abrangência e amplitude dos objetivos imaginados. É o caso do território das *commodities* de grãos no Amapá, no seu perfil de expansão, impondo aos camponeses a aceitar a necessidade e a liberdade do estranho entrever-se entre os seres bióticos e abióticos camponeses, em seu modo de construção e evolução do seu habitar.

Assim, se concebe essa categoria porque vivemos no contexto de noção de território fruto da modernidade em formação e dos seus impactos muitas vezes a tempos que não os experimentamos a diluí-los no meio real. Essas virtudes são anomalias que, de certa forma, obscurecem ou atrapalham a análise sobre a sua natureza e implicações sociais territoriais.

Para Santos (2002, p. 15) “o importante que está em jogo é o uso do território e, não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. E ainda de se tratar de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo carece de constante revisão histórica”. O permanente é o processo estrutural que se resume na manutenção do nosso quadro de vida. Essa ampla condição é deveras importante, no sentido de evitar os riscos de alienação, ou seja, da perda do sentido da existência humana individual e coletiva sobre o futuro dos territórios de vida das novas gerações. Estrategicamente base para os enfrentamentos impostos pela monopolização do capital agrário aos territórios camponeses.

Trata-se na atualidade de perceber a interdependência universal nos lugares, na nova realidade tratada territorialmente. Não somente baseado no longo caminho em que o Estado-Nação foi o ponto alto na entronização da noção jurídica e política do território, de origem do saber e das conquistas, ou seja, o território não é somente a base, tampouco o alicerce do Estado-Nação contemporâneo.

No campo da economia política do agronegócio, o território se espraia no contexto da dialética da mundialização do capital, em várias escalas, transnacionalizando-se. Por conta da não homogeneidade do capital nos lugares, o território vivido cria e recria novas condições e



estratégias de resistência. Seu papel ativo faz-nos pensar o início da história, ainda que nada seja como antes, esse é o potencial do retorno ao território. (SANTOS, 2002).

Essas são as possibilidades que encontramos no território, com novas grafias a serem interpretadas, resultado da reconstrução do espaço agrário e das novas implicações da estrutura do território das *commodities* no campo. Tornando-se possíveis, em função do potencial da ciência que articula a possibilidade de um acontecer solidário, eliminando as formas de diferença entre as populações e os lugares. Santos (2002, p. 16), diz:

Tal solidariedade se apresenta sob três formas no contexto do território contemporâneo: um acontecer homólogo que é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana, que se modernizam por meio de informações especializadas e levam os comportamentos a uma racionalidade presidida por essa mesma informação, criando uma similitude de atividades, gerando contiguidades funcionais que dão os contornos das áreas assim definidas. O acontecer complementar que é aquele que das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo. Por fim o acontecimento hierárquico, o qual é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades, e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados e nos obrigam a pensar na produção desse comando, dessa direção que também contribui a produção de um sentido impresso a vida dos homens e vida do espaço geográfico.

De modo que a informação, na atual conjuntura da monopolização do território agrário, exige um papel parecido àqueles que no passado eram reservados à energia, e às substâncias naturais, vindas do espaço cósmico, principalmente antes da existência humana, a qual reunia as diferentes frações ou elementos da natureza de um território, energia vinda dos próprios processos naturais. Mas, o que se observa ao longo dos tempos, é o avanço e a importância da informação que vai se apropriando dessa função, demonstrando-se hoje o verdadeiro e mais importante instrumento de união entre os elementos ou as partes estruturais que compõem um território.

Trata-se, nesse sentido, de entender a dialética de funcionamento territorial porque território usado é um território humanizado, afirmando-se a partir de uma abordagem dedutiva de controle local de parte das técnicas da produção e da parcela dos atores que controlam a política da produção à monopolização do território.

A união desses esforços permite que parte das técnicas da produção territorializadas nas cidades locais ou regionais detenham certo controle sobre a porção do território em sua densidade técnica e de alguma forma na sua constituição funcional, o que é possível chamar de unidade informacional. Enquanto o controle distante, a partir da percepção desse processo



do local ou do indutivo sobre a parcela política da produção se realiza pelas cidades mundializadas e seus satélites nos diversos territórios.

Portanto, a reciprocidade no controle do processo de produção permite a aceleração e o aprofundamento da alienação dos espaços territoriais e dos homens baseado no direito local e internacional, renovando-se para assegurar aqueles que não nasceram e tampouco pertencem a certo lugar também a intervir nas ações políticas hegemônicas locais.

O que se tem percebido é a intensificação dos conflitos resultantes, de um lado, do processo de produzir e, de outro, de viver, gerados pelo processo direto de produção e pelas formas de regulação relacionadas a outras instâncias da produção à distância. Essa nova geografia do trabalho é um dado importante para entender da sociedade atual (SANTOS 2002).

É nessa contextualização que entra a banalização dos espaços territoriais das *commodities*, na dinâmica do modo de vida dos camponeses, a partir dos conteúdos ideológicos de origens diversas e distantes e que chegam a cada lugar com objetivos e as normas a serem obedecidas para servi-los, como se tudo estivesse em perfeita harmonia com os lugares.

Economia Política e Monopolização Territorial

Pensar o processo de monopolização dos territórios do agronegócio na atual conjuntura, é necessário recordar um dos principais instrumentos que norteiam a dinâmica moderna do modo de produção e reprodução capitalista, a chamada economia política agrária, a qual, no comando do novo ordenamento agrário, bem mais esclarece as dimensões no controle monopolística dos territórios rurais. Esse tipo de controle chama a atenção porque demonstra que a economia política contemporânea assume a responsabilidade de disseminar os objetivos do capital. Conforme Bernstein (2011, p. 6), “porque tem como suporte investigar as relações sociais históricas e contemporâneas, assim como a dinâmica de produção e reprodução, propriedade e poder em formações agrárias e aos seus processos de mudanças”.

Nesse contexto, observa-se que as transformações no setor agrário moderno seguem a lógica dos elementos que constituem a natureza do capitalismo e do seu perfil de desenvolvimento. Trata-se de um modo de produção baseado em relações sociais fundamentadas a partir das categorias capital e trabalho, as quais mesclam-se na dependência relacional onde o capital explora os trabalhadores em busca do lucro e da sua acumulação

contínua. Para a combinação do processo, a mão de obra tem de fornecer forças de trabalho como mercadorias, no sentido de assegurar a obtenção dos seus meios de subsistência.

É importante realçar que essa definição topológica de relações entre capital/mercadoria/ força de trabalho não ocorre simplesmente atendendo demandas de lados opostos, mas observa-se que no interior desse processo, há muitos fatores externos e internos capitaneados pela economia política que, por meio de um breve artigo breve, pode não dar conta, por si só, de expressar a complexidade desse processo, mas mostra os desafios para os interessados nessa empreitada.

O importante é tentar, de alguma forma, mostrar a função principal da economia política na dinâmica agrária contemporânea, quando na segunda metade do século passado o surgimento e a expansão da indústria permitem desenhar novo modelo de economia mundializada, que, sob sua égide, passa a demonstrar que a produtividade em forma de *commodities* é um dos principais mecanismos responsáveis pela aceleração da história das transformações no campo e da produção.

No dizer de Bernstein (2011, p. 7), “isso mostra o papel desempenhado pelo aumento da produtividade da lavoura, que acompanhou o crescimento populacional”. Em geral, mostra o crescimento da produção de alimento e da população em nível mundial, já com os seus primeiros sinais no início da década de 1960, evidenciando a economia política como o principal vetor responsável pelo desenvolvimento do sistema capitalista e da economia mundializada, em detrimento do modelo de produção tradicional camponês.

Em contrapartida, o outro lado da questão agrária, em detrimento dos resultados positivos para os capitalistas, o que se manifesta é uma profunda desigualdade social, em função da renda reduzida, da pouca segurança em manter as populações/comunidades no campo, de pouca qualidade e expectativa de vida, bem como a redução da produção camponesa original em diversos lugares do mundo. Isso demonstra a contradição promovida pela economia política durante o processo de produção, ou seja, à medida que as áreas rurais dos países mais desenvolvidos agregam mais tecnologias no campo, as atividades agrícolas tradicionais em países opostos ao desenvolvimento diminuem.

Por conta das disparidades socioeconômicas entre os setores e as classes produtoras no campo, a maioria da população que vive das atividades agrárias se concentra nos países do terceiro mundo. Essa condição se aproxima do que Bernstein (2011, p. 8) apud Peter Hazell et. al. (2007, p. 1), define como lavoura marginal “aquela incapaz de oferecer trabalho ou renda insuficiente para ser o principal meio de vida da família”. Na Amazônia, em particular



no Amapá, em função da expansão das *commodities* de grãos, em contraponto ao modo de vida tradicional no campo, essa condição necessariamente tem que ser o mais breve adequada ao nível socioeconômico daquelas populações, no sentido de assegurar a manutenção de um certo equilíbrio aos seus territórios. Mas, durante visitas nas diversas localidades o que se constata é a intensa desagregação dos territórios de vida e a insustentabilidade social pela agricultura em pequena escala.

No Amapá, ainda considerado um estado onde os camponeses são de características parcimoniosas, a expectativa de aprofundamento da desarticulação do modo de vida das suas populações/comunidades originárias num futuro próximo pode aumentar. Essa possibilidade se desenha a partir da nomeação do novo presidente do INCRA em nível nacional. De acordo com Guimarães (2019)³, é membro de uma família que possui terras improdutivas e dívidas trabalhistas no estado do Rio Grande do Norte, antes ocupadas pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terras (MST). São áreas onde o governo poderia desapropriá-las sem tantos custos e promover no estado a reforma agrária.

Por conta da condição de gestão agrária do novo presidente, as expectativas para o Amapá, juntamente ao espaço agrário nacional, não são das melhores. O órgão responsável pela reforma agrária em terras improdutivas deu-se ao luxo de nomear o herdeiro de um grande latifúndio, o que eleva ainda mais as preocupações sobre o destino e a estrutura de vida no campo brasileiro. Na prática, as ameaças aos territórios de vida dos camponeses não param.

Recentemente surgiram dúvidas sobre as ações de controle do governo federal aos territórios físicos e simbólicos das populações indígenas e camponeses, atendendo aos interesses da bandeira ruralista. Se aprovado, na prática, tornam-se inviáveis as demarcações, e abrindo espaço para a anulação de posse de terras indígenas e escancará-las aos empreendimentos predatórios, como garimpos, estradas e instalações de novas e grandes hidrelétricas. Enfim, elevando as preocupações sobre o destino e a estrutura de vida no campo brasileiro e em particular no Amapá.⁴

³ Matéria publicada pelo jornalista João Guimarães, no dia 21/10/2019. Disponível em: <http://brasidefato.com.br/2>. Acesso em 18 de outubro de 2019. São Paulo, jornal Brasil de fato, 2019.

⁴ Matéria publicada pelo jornal da globo, no dia 22/6/2021. Disponível em: <http://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia>. Acesso em 22 de junho de 2021. Brasília, g1.globo, 2021.



Noções sobre a Monopolização dos Territórios

O que pode ser perceptível no quadro aproximativo investigado é que a monopolização do território agrário no Amapá, assim como em outros espaços brasileiros, se constituem e se desenvolvem com base nas teorias e nas práticas utilizadas pelas percepções e pelas atividades do agronegócio, como mecanismos que correspondem, de fato, às reais perspectivas do capital mundializado, o que faz reduzir as possibilidades em atender às necessidades básicas de grande parte das populações/comunidades camponesas, nos territórios de vida com seus diversos ecossistemas. Nesse sentido, o caráter conceitual dessa nova lógica capitalista pode ser denominado de monopolização dos territórios pelas atividades do agronegócio, (OLIVEIRA, 2016).

Assim, é possível dizer que o processo de monopolização dos territórios se constitui a partir de uma espécie de estrutura composta por um conjunto de ideias, de tecnologias modernas, de políticas de gestão fundadas na autonomia dos empreendimentos, de modo que haja a liberalização total do comércio em nível mundial e, aparentemente, na não participação do Estado na economia, ou seja, é defendida a livre circulação de capitais internacionais, a abertura das economias nacionais para a entrada de multinacionais, admite-se a adoção de política de privatização de empresas estatais, e a opção por ações que impedem o protecionismo econômico, tanto em nível local quanto global, dentre outras iniciativas.

Por conta dessas atividades, são visíveis as transformações sociais, econômicas e territoriais que diferenciam o mundo atual de outros momentos históricos, traçadas nas últimas décadas do século XX, quando foram alicerçados os objetivos do capital para lançar-se à nova ordem mundial. Conforme Oliveira (2016, p. 10), “a ideologia burguesa capitalista travestida de vencedora da grande corrida do final do século passado, tratou-se de reproduzir-se triunfante e ufanisticamente, nesse contexto, as suas metas preferidas. Mudavam-se os rumos das relações entre a economia e a universidade”.

No Amapá, os efeitos dessas transformações são grafados pela instituição e produção das *commodities* de grãos, a partir do novo ordenamento do capital, agora sob a ótica da monopolização do agronegócio nos territórios das savanas do estado, concentrando territórios, a partir das aquisições e fusões de interesses que fazem com que ações capitalista passem a ter



o monopólio direto da propriedade ou por meio do arrendamento, exercido pelos grupos econômicos de monocultores, que se formam para assegurar a sua hegemonia.

A monopolização se efetiva pelas empresas de comercialização ou de processamento industrial da produção agropecuária, que. Como diz de Oliveira (2016, p. 233), “sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, na maioria das vezes, controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes”. Esse processo gerando o controle do território camponês pelas ações dos empreendedores, de forma que as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem precisarem instalar-se estruturalmente as bases dos monopólios.

Possibilita acordos e estabelecer alianças de classes entre atores hegemônicos em escalas do local ao global e aqueles responsáveis pela mobilidade dos produtos manufaturados que se encontram para atender as demandas dos consumidores pelo mundo, sejam mercados de compras e venda, sejam consumidores individuais. Essa lógica, demonstra que há a existência de alianças que permitem proprietários de terras e capitalistas juntarem-se, sob pretexto de promoção de desenvolvimento em escalas. A consequência disso resulta no processo de desarticulação do modo de vida dos diversos segmentos sociais originários.

No Amapá, a monopolização dos territórios tem se dado a partir da instalação das atividades no setor de grãos, seguindo a lógica e as diretrizes do capital agrícola mundial, sob o comando das empresas conhecidas mundialmente, como é o caso da Cargill, ADM, Bunge, e outras, e as empresas nacionais, como a Caramuru, na área de alimentos, e a CIANPORT, empresa especializada em construção de portos, a qual recentemente adquiriu uma área de 4.000 a 5.000 mil metros quadrado localizada na Ilha de Santana do Amapá, na confluência do porto, com a finalidade de construir nova estrutura portuária e dar conta de armazenar a produção do Centro Oeste e de outras unidades produtoras de *commodities* nacional (BACELAR, 2019).

O objetivo é formar conexões entre o porto de Santana, no Amapá com o porto de Miritituba-PA. Para melhor fluidez das embarcações, deve-se elaborar estudos para mapear e balizar os meandros e os canais mais apropriados para as barcaças que navegam no sentido a jusante do rio Amazonas até Santana no Amapá. A partir desse entreposto, deve-se promover a reestruturação e a logística do balizamento do canal norte e da foz do rio, no sentido de facilitar e ampliar a mobilidade dos navios de cargas de maiores calados para dar sequência da produção aos destinos dos seus importadores.



No mesmo sentido, a empresa Caramuru, a mais antiga na região, vem assumindo o comando do transporte de grãos e de farelo de soja, passando a determinar as funções do processo de aprimoramento da logística, dos mecanismos de utilização dos espaços de circulação e comercialização da produção não só da Região Norte, mas, também, as oriundas do estado do Mato Grosso (MT) e de outras unidades federativas, no intuito de chegar ao porto de Santana no Amapá, que se torna a última unidade de acomodação das *commodities*, antes de tomarem rumo aos destinos finais, de preferência EUA, Europa e Ásia.

Essas empresas monopolistas atuam como extensionistas das *tradings* e passaram a denominar a ação de comercialização dos produtos que exportam vindos dos produtores nacionais, por meio do mecanismo de "dar origem a" ou originar (*originate*), ou seja, são as empresas nacionais mundializadas que passam "a dar a origem" aos produtos que nunca produziram, mas, para o mercado mundial, são "delas" ou de suas responsabilidades articular, produzir, controlar e encontrar mercados consumidores para tais (OLIVEIRA, 2016).

O que se tem percebido no Amapá é o avanço e a dinâmica do processo de produção de grãos, como a soja, sobre o bioma das savanas, tudo em conformidade com as exigências da expansão dessa atividade amplamente influenciada pelo Estado brasileiro.

A larga experiência brasileira na produção desses *commodities*, a exemplo da soja, se deve ao Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), programa criado na década de 1970, que teve como base a concretização de um modelo de produção de *commodities* em escala comercial, cujo início se deu com a produção de arroz e o fortalecimento das pastagens. Na década seguinte (1980) foram revistos os esforços para direcionar também a produção de soja, com objetivo de gerar lastros principalmente às exportações brasileiras, mas com financiamento custeado pelo capital agrícola internacional como seu alicerce (PARANAIBA, 2012).

O PRODECER teve como diretriz incentivar o “desenvolvimento da agricultura nos ecossistemas dos cerrados”. A partir desse bioma, na Região Sudeste, mais precisamente no cerrado do estado de Minas Gerais, somente após certa experiência, passaria a expandir o monopólio a outros estados, como Goiás, Bahia, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Este estado, atualmente, se destacando no cenário nacional como o maior produtor dos grãos no Brasil. (RODRIGUES et al. 2009).

Vê-se, portanto, há mais de quatro décadas as regiões brasileiras vêm experimentando um movimento que implica mudanças na sua forma de ocupação. A expansão da produção de *commodities* para a Região Norte registra nova forma de ocupação do capital agrícola, a qual



sempre foi caracterizada pela ocupação dos pequenos proprietários, atuando principalmente na atividade da agricultura de subsistência, pequenas áreas de pastagens, exploração de recursos naturais de impactos reduzidos, mas que, no Amapá, nestes últimos anos, passa a permitir a substituição das práticas das atividades econômicas tradicionais pela produção em média escala, o que já contribui para a reconfiguração e a transformação no campo agrário amapaense.

Esse tipo de rearranjo utilizado pela monocultura no campo amapaense permite mostrar que, com a introdução da agricultura mecanizada, têm ocorrido no estado transformações e modificações na organização espacial e territorial nos diversos ambientes, porque, com o aparecimento de grandes propriedades, característica da agricultura comercial, o espaço agrário começa a formar configurações diversas.

De forma que os entraves na promoção de uma boa gestão fundiária, aliada ao baixo índice de destinação de terras, podem ser fatores que favorecem o aparecimento desse tipo de monopolização dos territórios físicos e simbólicos na região. Os baixos valores ainda cobrados pela terra também contribuem para a apropriação de vastas extensões de áreas para o cultivo em larga escala, formando, assim, um arcabouço de elementos que favorecem a aquisição de áreas para o desenvolvimento agrícola comercial, o que de fato vem servindo de atrativo para a atividade (COSTA, 2012).

Como a maioria dos estados da Amazônia já tem experiências com a agricultura mecanizada, o Amapá é considerado uma das últimas fronteiras a ter contato com o cultivo de *commodities* de grãos de soja, milho e arroz, ainda que em escalas experimentais. No tocante, a monopolização geopolítica do território, foi fortemente estimulada pelo Governo Federal, tanto que é um dos estados da Amazônia que detém grandes áreas de unidades de conservação e de terras indígenas instituídas, principalmente sobre os biomas de florestada e de várzeas, mas, por força do capital agrícola mundializado, acaba não resistindo, passando a ser mais um dos vetores para as *commodities* em solos de savanas.

O cenário político e econômico que antecedia o início da territorialização da produção de grãos nos territórios amapaenses não foi favorável às atividades da monocultura, considerando que os aspectos da linha de concepção ideológica governamental, naquele período, não gerava possibilidades para tanta abertura ao capital agrícola mundializado, pois a gestão de governo no Amapá planejava, como o fez, governar sob a ótica de um governo socialista, que tinha como diretriz os princípios da sustentabilidade socioambiental, que se desenvolveu de 1995 a 2002. Conforme Lameira (2016), “defendia uma proposta que em



linhas gerais valorizava os chamados “produtos da floresta” voltando-se mais para o uso sustentável de recursos naturais”. Nesse contexto, o cultivo de grãos nas savanas do Amapá, iniciado em 2002, é considerado recente, se comparado a outros estados brasileiros.

Os agricultores pioneiros no cultivo de grãos para exportações são provenientes das regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil, em particular, do Paraná e do estado do Mato Grosso. Essa é uma demonstração de que o início das atividades do agronegócio de grãos no estado está diretamente ligado ao processo de expansão da agricultura comercial para as Amazônia, a qual registra, nas últimas décadas do século XX, o novo perfil de política agrícola para a região, combinando ao mesmo tempo com a expansão da fronteira agrícola, juntamente com a monopolização do território dos camponeses, tudo em conformidade com a cooperação e o aval do governo local.

O cultivo de grãos deu os seus primeiros sinais a partir dos primeiros anos deste século nos campos amapaenses. Entretanto, é importante reconhecer que, em função dos enfrentamentos sociopolíticos, econômicos, ideológicos e culturais, entre as instâncias do modo de produção capitalista e socialista, os embates representaram um razoável exercício de superação das ações de governos de cunho de direita e de esquerda, em suas posições contraditórias. Por conta dessa disparidade de gestão, as atividades de *commodities* no estado permaneceram praticamente por pelo menos oito anos estacionadas, sendo retomada, mais particularmente, a partir de 2012, com apoio do governo local (IBGE, 2013).

Apesar do atraso, o que mais se tem evidenciado são as alterações da dinâmica social e territorial, do modo de vida das populações/comunidades atingidas por esse processo, como o êxodo rural, a periferização e o inchaço populacional nas cidades, em particular, Macapá, a concentração fundiária e a aceleração sobre as questões de cunho ambiental, entre outros. O tão propagado desenvolvimento gerado pela monocultura de grãos no campo não passa de justificativas para ampliar e consolidar o capital agrário mundializado nas diversas regiões, reduzindo a qualidade de vida no campo e promovendo impactos irreversíveis aos biomas de diversas naturezas.

O Território das *Commodities* nas Savanas do Amapá

O processo de expansão das *commodities* de grãos no Amapá, por ser um estado da Amazônia que teoricamente é visto como o mais preservado, requer reflexão mais acurada, no sentido de discernir o porquê das intenções dos produtores de grãos de se instalarem em áreas preferencialmente das savanas, de florestas ou, devido às circunstâncias, em terras de

qualquer outro bioma, porque, dependendo dos resultados da monopolização das atividades do agronegócio em determinados dos biomas, há possibilidade de que tais ambientes não correspondam às suas aptidões, conseqüentemente, os efeitos dessas ações irão diferenciar-se ao considerar-lhe a intensidade das transformações de uma e de outra área sofrida pelo processo (OLIVEIRA, 2006).

No Amapá, as preocupações com as transformações geradas pelas práticas do agronegócio dizem respeito mais à expansão dessa atividade nos diversos biomas, sejam nas áreas de floresta, nas savanas, nas várzeas de maiores elevações, ao ter-se em conta as transformações e os danos que o processo provoca à sociedade e ao meio ambiente de modo geral. Práticas que, no dizer de Porto Gonçalves (2007, p. 375), “demonstra um tempo de inflexão, de bifurcação, de um período de mudança na ordem de significações; vivê-lo é viver uma circunstância de incerteza e ao mesmo tempo de oportunidades”. Isso significa momentos de incertezas, todavia, as oportunidades são mais preciosas em função de que elas podem nos permitir mostrar que ainda há tempo para rever e elucidar certos valores tradicionais do passado, como formas de enfrentamento e resistência às ações impostas pelo capital agrícola mundializado.

Pois, falar de mudanças e transformações geradas por um processo sobre o qual pouco se conhece é lidar com conseqüências que nos remetem a certo desconforto também cultural. No tocante às populações/comunidades no estado, ao longo de sua história, têm-se emprestado ou absolvido várias formas e modelos de desenvolvimento, o que por si só nos mostra a complexidade da questão e o quanto estamos longe de pensar a partir de formas de agir coletivamente sobre a produção racional de grãos nas savanas do estado. Considerar o debate atual sobre a territorialização das *commodities* no Amapá é uma das questões a qual expressa racionalidades distintas e contraditórias que afloram no contexto de compreensão dos aspectos físicos e simbólicos no campo, sobre o que podemos chamar de novo modelo de produção agrícola mundializado.

Estamos na condição do que nos alerta Gonçalves (2007, p. 378), quando se refere a “um tipo de homem racional, desnaturalizado por meio da ciência e da técnica, pode de fora exercer a dominação da natureza”, ou seja, é o fundamentalismo ideológico usado como mecanismo de controle socioterritorial das populações/comunidades e nas suas várias classes sociais. De outro modo, até certo ponto, demonstra-se que o capital, mesmo apresentando-se como a supergrafia invisível/simbólica, não tem limite em suas empreitadas. Isso porque seus atores hegemônicos, não são somente homens que se colocam acima dos interesses de outros,



mas aquele que planejam sempre a constância do acúmulo contínuo de riquezas, vivem para os negócios e induzem os que vivem em outros modos de vida, os quais, para a lógica do capital, parecem estar superados. É preciso integrá-los.

Como a natureza é a principal condição de continuidade das espécies diversas, a assegurar partes das populações/comunidades no campo separadas da natureza, é torná-los rigorosamente sem condições para a produção e reprodução da vida. pois esse é um dos fins dirimido pelo agronegócio.

O Amapá, com logística infraestrutural e desenvolvimento socioeconômico ainda em estilo natural, a produção dos próprios gêneros básicos de subsistência já estão se tornando mais escassos. Condições atingidas devido à maior parcela do território físico já se encontrar sob propriedades particulares ou para venda, quando no mínimo para arrendá-las, para trocá-las, visando a lógica dos valores de compras e de vendas, de trocas e do quantitativo a mais, especulativos que se manifestam intrinsecamente do processo de mundialização do capital, em detrimento da qualidade coletiva de vida no campo.

É uma espécie de violência que não se compara com os resquícios ligados ao antigo latifúndio e ao mundo rural atrasado, mas ligado diretamente e ideologicamente ao *agribusiness* e ao início também da modernização do campo amapaense. Por conta disso, percebe-se que o significado e os resultados da modernização nas formações socioterritoriais e periféricas no país, e nesse caso, no Amapá, apresenta ainda caráter dominante do poder e do saber continuamente operante no campo como condições de comando ao capital agrário. Essa forma de controle demonstra que a violência é um componente estrutural das relações sociais e de poder no campo, sob a égide da União Nacional, permitindo os “avanços modernos” da estrutura do capital agrário entre os camponeses, não podendo, portanto, associar-se ao atraso das relações socioterritoriais das populações tradicionais (GONÇALVES, 2006).

O Amapá, mesmo sendo território periférico em comparação a outras regiões brasileiras, atuando no setor de *commodities* de grãos, já faz parte do cenário de enfrentamentos, como ocorre nas regiões Centro-Oeste, no estado do Tocantins, no Mato Grosso, em Rondônia, dentre outros.

O que há de diferente no estado é a intensidade dos conflitos, devido presença de empresas e do seu aparato tecnológico moderno, aprofundando o processo de territorialização do capital do agronegócio e da apropriação da renda da terra. Assim, pode-se dizer que no



Amapá, assim como em outros estados da Amazônia, os conflitos se encontram em fase de aperfeiçoamento, nas instâncias fundiárias e no controle socioeconômico da terra.

As *Commodities* Agrícolas e as suas Fronteiras

A dupla face se apresenta nas fronteiras agrícolas, cuja ambiguidade se manifesta como parâmetro para entender a monopolização das *commodities* no território camponês. O Amapá se apresenta particularmente apropriado e fértil a essas perspectivas. Essa apropriação ainda se deve em função de que o estado, por sua natureza amazônica, o tempo lento persiste em comandar o cotidiano dos ocupantes das savanas. Em contraste a isso, o uso das “novas” tecnologias permite que o pesquisador se utilize da sua liberdade para se manifestar e se posicionar por meio das grafias físicas e simbólicas produzidas por populações/comunidades locais. De fato, o embate entre as categorias “frente de expansão” e “frentes pioneiras” são capazes de proporcionar implicações aos camponeses nas suas dimensões territoriais.

Tomando como recorte temporal a criação, em 1953, do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), pelo Governo Vargas, conforme Santos (2015, p. 35), até a década de 1970, “a região norte foi marcada pela ampla concessão de terras pela colonização oficial e doação de extensas glebas, terras devolutas foram vendidas às empresas colonizadoras e as áreas restantes de boa qualidade e potencial natural foram reservadas as intenções de pessoas físicas”. É a partir desse período que o governo brasileiro passa a aplicar sua estratégia política de ocupação e povoamento do território regional, com interferência direta do Estado nas questões fundiárias ligadas ao SPVEA, reduzindo o potencial dos camponeses.

Para modernizar as atividades agrícolas, foi necessário respaldar-se ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, com o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do Banco do Brasil, introduzindo técnicas e ciência no campo, notadamente expandindo o capital agrário na região.

É óbvio que a política de modernização e expansão agropecuária para a Amazônia e, conseqüentemente, para o Amapá, nos moldes de financiamento do SNCR e de outros mecanismos, o que restou aos pequenos produtores foi a contração de dívidas e redução na produção de subsistência, o que forçou-os a vender suas terras para os grandes proprietários, resultando em aumento da concentração fundiária, assim como uma diversidade fronteiriça.

As fronteiras a serem desvendadas naquele contexto foram as condições de interesses da hegemonia nacional, utilizando os programas de Governo para desempenharem funções



decisivas durante o processo de extração e acumulação das riquezas para reforçar a monopolização do capital agrário e industrial no campo. Para tanto, foram criados programas que potencializaram os empreendimentos agropecuários e expandiram as fronteiras agrícolas, a partir da produção em larga escala, fixação de logística, armazenagens, vias rodoviárias, melhorias dos portos e fundamentalmente nas pesquisas, mas alheios à realidade no campo.

A fundamentação das políticas territoriais estabelecidas para a região e para o Amapá, a partir de programas governamentais, é diluída como uma espécie de alternativa geopolítica a satisfazer as necessidades de abrandamento das fronteiras de tensões socioterritoriais promovidas pelas mazelas provenientes da estrutura fundiária planejada pelo Estado Nacional, e isso tem gerado para as populações migrantes e locais uma série de fatores fronteiriços, principalmente a migração de colonos (OLIVEIRA, 1991).

Como se vê, o capital agrário sempre promove as políticas territoriais de cunho favorecista e excludente, em função de que o financiamento público é utilizado para beneficiar grupos, indivíduos e até segmentos sociais diversos. No caso do Amapá, tem-se a Associação de Produtores de Soja do Amapá (APROSOJA), a Associação dos Criadores do Amapá (ACRIAP), dentre outros, com a ciência e o apoio do poder público local. Organizações-meios de geração de conflitos e das fronteiras no campo e nas cidades do estado amapaense.

Gonçalves (2006, p. 154) diz que “a Região Norte é a que registra o maior número em termos absolutos de assassinato de pessoas no campo, chegando a atingir 61.6% em 2006 do total médio das regiões brasileiras”. No estado do Amapá, ainda se observa certo controle no número de caso desse tipo de violência, mas esse estado de tensão é inaceitável para os padrões de um território que detém um dos mais ricos e diversos ecossistemas, assim como um território geopolítico de terras disponíveis a atender as demandas econômicas e sociais das suas populações/comunidade pouco desenvolvidas.

O início da modernização agrícola nestes últimos anos é um dos acontecimentos que se justifica em função da expansão da produção em escala e da reprodução das relações sociais e de poder do capital agrário no estado, o que gera uma série de conflitos fronteiriços entre os agentes do capital agrário e os camponeses.

Por fim, atualmente a expansão do agronegócio de *commodities* no estado se tornou um exemplo de geração de fronteiras conflituosas, pelo fato de que o processo de modernização e expansão da produção no campo é um poderoso meio de geração de enfrentamentos, seja no campo econômico, nas políticas de monopolização do capital, na



subsunção dos camponeses ao sistema de exploração dos trabalhadores, uma vez que age desarticulando, desagregando e apossando-se do modo e do território de vida dos camponeses, descaracterizando a formação socioterritorial dos amapaenses. O exemplo de maior importância, nesse processo, é a atuação da Amapá Florestal Celulose (AMCEL), que desenvolve as atividades de desflorestamento, florestamento de espécies exóticas de *Eucalyptus* ssp para a produção de madeira verde e de cavacos para exportação.

Essa atividade, desde de o início, tem gerado no Amapá as diversas formas de fronteiras conflituosas, que vão de injúrias à prisão de posseiros no campo, e que assumem novas dimensões com a entrada do empreendimento no setor de produção de soja. São as breves grafias fronteiriças geradas pelas *commodities* e os camponeses no estado. Fica claro que as políticas de expansão agrícola no Amapá como mecanismo de conjunção de fronteiras sempre serão instrumentos de controle das terras e dos recursos naturais.

Considerações

Discutiu-se e demonstrou-se neste artigo que a monopolização das *commodities* de grãos no Amapá tem sido até certo ponto propagada como uma das formas “modernas para alcançar o desenvolvimento entre os camponeses”. As savanas brasileiras e em particular do Amapá têm sido submetidas à prepotência hegemônica do capital agrícola com toda a sua logística científica e técnica para a produção unificada. Contudo, essa imposição externa não leva em consideração a permanência de diferentes modos de vida e de produção já existentes na região. Felizmente, há resistências que se manifestam em diferentes pontos nas áreas de conflito. Ainda que seja um simples gesto de insatisfação e de impotência diante da hegemonia do capital, também são formas de resistência, no sentido de se firmarem como mentores das estratégias de sobrevivência das populações/comunidades locais.

Destarte, é bom dizer que os condicionamentos do processo de monopolização do capital agrário pelas *commodities* acarretam várias formas de desdobramento socioterritorial, os quais, na maioria das situações, se manifestam em formas de conflitos e tensões territoriais. Essa condição no Amapá é historicamente conhecida, principalmente por ser um estado que carrega o enorme chavão de pertencer à área de fronteira, que não se trata simplesmente de uma fronteira física no sentido geopolítico e estratégico, mas refere-se também aos aspectos físicos e simbólicos utilizados pelos atores hegemônicos do capital como mecanismos de controle do processo de produção que está em jogo, no contexto do campesinato amapaense.



Notou-se, ainda, que a intromissão das *commodities* nas savanas, passou a desenvolver certa timidez entre os camponeses, ribeirinhos, índios, mateiros, quilombolas e outros grupos ou segmentos sociais originários no que diz respeito à disposição, interesses e motivações na produção de subsistência. Isso se deve em função de que o agronegócio, com suas astúcias, é um processo econômico que depende do controle de extensas propriedades e alta produtividade para exportação, sob o domínio de poucos. Nessa condição, a escassez de terras e o baixo número de postos de emprego na região, serão evidentes, aos pequenos proprietários. Vê-se, por fim, que o agronegócio de grãos beneficia somente poucos investidores, que gastam os lucros da renda da terra em outros lugares e, na maioria, em desejos pessoais.

Dessa forma, as *commodities* de grãos formam um processo que se expande de modo geral, desrespeita e dilacera o meio ambiente físico e simbólico e a cultura original, corroborando para pôr em risco o modo e o território de vida das comunidades atingidas pela voracidade do agronegócio. Para a geração atual e futura, resta o enfrentamento a esse processo, de modo a promover o entendimento geopolítico sobre as diversas questões econômicas, fundiária, ideológica, cultural e principalmente de segurança alimentar e da saúde pública no campo e na cidade.

Portanto, o processo de monopolização dos territórios camponeses pelo agronegócio de grãos no Amapá já evidencia a redução da produção em pequena escala, assim como a quase insustentável condição de manutenção socioeconômica e da pouca resistência do campesinato amapaense ao novo modelo de produção, em detrimento a produção básica de consumo local.

Referências

BACELAR, Manoel Osvanil Bezerra. **AGRONEGÓCIO: A territorialização e expansão das fronteiras do capital no Amapá**. Tese de doutorado em Geografia. Disponível em <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10239>. Goiânia, biblioteca da UFG – GO, 2019.

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Tradução Beatriz Medina. São Paulo, editora Unesp, 2011.

BRASIL, PL 490. Indígenas são atacados por polícia em Brasília quando protestavam pacificamente contra o PL 490. Matéria publicada pelo jornal da globo, no dia 22/6/2021. Disponível em: <http://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia>. Acesso em 22 de junho de 2021. Brasília, g1.globo, 2021.

COSTA, S. M. G. Grãos na floresta: **estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos



Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém - PA, 2012.

GUIMARÃES, João. **Família do novo presidente do INCRA possui terras improdutivas e dívidas trabalhistas.** Disponível em: <http://Brasidedfato.com.br/2>. Acesso em 18 de outubro de 2019. São Paulo, 2019.

LAMEIRA, Anderson Maycon Tavares. **Apropriação e usos do cerrado e a expansão da monocultura da soja nos municípios de Itaubal e Macapá, no estado do amapá.** Dissertação de Mestrado, PPGEDAM/NUMA/UFGA – Belém – PA, 2016.

MARQUELLI, R. P. **O Desenvolvimento Sustentável da Agricultura no Cerrado Brasileiro.** Monografia (Pós-Graduação em Gestão Sustentável da Agricultura Irrigada, concentração em Planejamento Estratégico) Brasília, ISEA-FGV/ ECOBUSINESS SCHOOL, 2003.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. **A modernização da agricultura no Brasil** e os novos usos do território. Rio de Janeiro, GEO UERJ v. 2, n. 22, p. 290-322, 2011.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Integrar para não entregar. Políticas públicas e a Amazônia.* Campinas, papirus, 1991.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A Amazônia e a nova Geografia da soja.** Goiânia, Terra livre, ano 22, v. 1, n 26, 2006.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** São Paulo, Iände editorial, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Invenção de Novas Geografias: **A natureza e o homem em novos paradigmas.** In: Território, territórios. Ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro, 3ª ed., Lamparina, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da Violência no Campo Brasileiro: **o que dizem os dados de 2003.** Revista crítica de Ciências Sociais (p. 139/169), nº 75, outubro de 2006.

SANO, E. E. et al. Mapeamento semidetalhado do uso da terra do Bioma Cerrado. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 153-156, 2008.

SANTOS, Roberto de Souza. Políticas Públicas e Agronegócio na Amazônia Legal: **conflitos e contradições sociais no espaço agrário.** IN: TERRITÓRIO E DIVERSIDADE TERRITORIAL DO CERRADO. Projetos Regionais e Conflitos Socioespaciais. CALAÇA, Manoel; CHAVEIRO, Egmar Felício; LIRA, Eliseu Ribeiro; SANTOS, Roberto de Souza (Orgs.), Goiânia, kelps, 2015.